

**O FASCISMO E A SUA POLÍTICA
(ESCRITOS POLÍTICOS)**

**FASCISMO Y SU POLITICA
(ESCRITOS POLITICOS)**

**FASCISM AND ITS POLITICS
(POLITICAL WRITINGS)**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i2.34146>

Antonio Gramsci¹

15. O fascismo, como movimento de reacção armada que se propõe o objetivo de desagregar e de desorganizar a classe trabalhadora para a imobilizar, enquadra-se no plano da política tradicional das classes dirigentes italianas e na luta do capitalismo contra a classe operária. E por isso favorecido, na sua origem, na sua organização e no seu caminho por todas os velhos grupos dirigentes, indistintamente, com preferência, porém, pelos agrários que sentem mais ameaçadora a pressão das plebes rurais. Socialmente, porém, o fascismo encontra a sua base na pequena burguesia urbana e numa nova burguesia agrária saída de uma transformação da propriedade rural em algumas regiões (fenómenos do capitalismo agrário na Emilia, origem de uma categoria de intermediários rurais, <<incentivos da terra>>, novas divisões de terrenos). Este facto a circunstancia de ter encontrado uma unidade ideológica e organizativa nas formações militares, onde revive a tradição da guerra (<<arditismo>>) (*), e que servem de guerrilha contra os trabalhadores, permitem ao fascismo conceber e actuar um plano de conquista do Estado, contrapondo-se as velhas classes dirigentes. É absurdo falar de revolução. As novas categorias que se agrupam à volta do fascismo extraem, porém, da sua origem uma homogeneidade e uma mentalidade comum de <<capitalismo nascente>>. Isto explica como é possível a luta contra os homens políticos do passado e como podem justificá-la com uma construção ideológica em contraste com as teorias tradicionais do Estado e das suas relações com os cidadãos. O fascismo modifica, na substância, o programa de conservação e de reacção que sempre dominou a política italiana apenas na diversa maneira de conceber o processo de unificação das forças reaccionárias. A tática dos acordos e dos compromissos, substitui o propósito de realizar uma unidade orgânica de todas as forças da burguesia num único organismo político controlado por uma única central que deveria dirigir simultaneamente o Partido, o Governo

e o Estado. Este propósito corresponde à vontade de resistir completamente a qualquer ataque revolucionário, o que permite ao fascismo recolher as adesões da parte decididamente mais reaccionária da burguesia industrial e dos agrários.

16. O método fascista de defesa da ordem, da propriedade e do Estado, ainda mais do que o sistema tradicional dos compromissos e da política de esquerda, é desagregador das classes sociais e das suas superestruturas políticas. As reacções que provoca devem ser examinadas em relação com a sua aplicação, quer no campo económico quer no campo político.

No campo político, antes de mais, a unidade orgânica da burguesia, no fascismo, não se realiza imediatamente depois da conquista do poder. Fora do fascismo, persiste centros de oposição burguesa ao regime. Por um lado, não é absorvido o grupo que tem fé na solução giolittiana do problema do Estado. Este grupo liga-se a uma secção da burguesia industrial e, com um programa de reformismo <<trabalhista>>, exerce influência sobre estratos de operários e pequenos burgueses. Por outro, o programa de fundar o Estado sobre uma democracia rural do Mezzogiorno e sobre a parte <<sã>> da indústria setentrional (*Corriere della sera*, liberalismo Nitti) tende a tornar-se um programa de tuna organização política de oposição ao fascismo com bases de massa no Mezzogiorno (União Nacional).

O fascismo é obrigado a lutar contra estes grupos sobreviventes com muita vivacidade e ainda maior contra a maçonaria, que ele considera justamente como centro de organização de todas as tradicionais forças de apoio ao Estado. Esta luta, que é, queiram ou não, o indício de uma fractura no bloco das forças conservadoras e antiproletárias, pode favorecer, em determinadas circunstâncias, o desenvolvimento e a afirmação do proletariado como terceiro e decisivo factor de uma situação política.

No campo económico, o fascismo age como instrumento de uma oligarquia industrial e agrária para centralizar, na mão do capitalismo, o controlo de todas as riquezas do país. Isto não pode deixar de provocar um descontentamento na pequena burguesia que, com o advento do fascismo, julgava chegada a era do seu domínio.

Toda uma série de medidas foi adaptada pelo fascismo para favorecer uma nova concentração industrial (abolição do imposto sucessório, política financeira e fiscal, agudização do proteccionismo) e a elas correspondem outras medidas a favor dos agrários e contra os pequenos e médios cultivadores (impostos, imposto sobre o trigo, <<batalha do trigo>>). A acumulação determinada por estas medidas não se traduz em acréscimo de riqueza nacional mas é a espoliação de uma classe a favor da outra, isto é, das classes trabalhadoras e médias a favor da plutocracia. O plano de favorecer a plutocracia, aparece, sem pudor, no projecto de legalizar no novo código de comércio o regime das acções privilegiadas; um pequeno grupo de financeiros é, deste modo, posto em condições de poder dispor, sem controlo, de grandes massas de poupança provenientes da média e pequena burguesia e estas categorias são expropriadas do direito de disporem da sua riqueza. No

mesmo plano, mas com consequências políticas mais vastas, enquadra-se o projecto de unificação dos bancos emissores, isto é, na prática, de supressão dos dois grandes bancos meridionais. Estes dois bancos cumprem hoje a função de absorver as poupanças do Mezzogiorno e as remessas dos emigrantes (600 milhões), isto é, a função que, no passado, cumpria ao Estado, com as emissões de títulos do tesouro, e ao Banco de Desconto, no interesse de uma parte da indústria pesada do Norte. Os bancos meridionais foram controlados, até agora, pelas próprias classes dirigentes do Mezzogiorno, que encontraram neste controlo uma base real do seu domínio político. A supressão dos bancos meridionais, como bancos emissores, fará passar esta função para a grande indústria do Norte, que controla, através da banca comercial, o Banco de Itália e, deste modo, acentuar-se-á a exploração económica <<colonial>> e o empobrecimento do Mezzogiorno e, além disso, acelerar-se-á o lento processo de separação do Estado também da pequena burguesia meridional.

A política económica do fascismo completa-se com as providências para realçar o curso da moeda, para sanear o balanço do Estado, para pagar as dívidas de guerra e favorecer a intervenção do capital anglo-americano na Itália. Em todos estes campos, o fascismo actua o programa de plutocracia (Nitti) e de uma minoria industrial-agrária em prejuízo da grande maioria da população, cujas condições de vida pioram progressivamente.

Coroamento de toda a propaganda ideológica, da acção política e económica do fascismo é a sua tendência para o <<imperialismo>>. Esta tendência é a expressão da necessidade sentida pelas classes dirigentes industriais-agrárias italianas para encontrarem fora do campo nacional os elementos para a resolução da crise da sociedade italiana. Nela residem os germes de uma guerra que será combatida, aparentemente, para a expansão italiana mas na qual, na realidade, a Itália fascista será um instrumento nas mãos de um dos grupos imperialistas que disputam o domínio do mundo.

17. Como consequência da política do fascismo, determinam-se profundas reacções das massas. O fenómeno mais grave é a separação, cada vez mais decidida, das populações agrárias do Mezzogiorno e das Ilhas, em relação ao sistema das forças que regem o Estado. A velha classe dirigente local (Orlando, Di Cesaro, De Nicola, etc.) já não exerce de modo sistemático a sua função de anel de conjugação com o Estado. A pequena burguesia tende, portanto, a aproximar-se dos camponeses. O sistema de exploração e de opressão das massas meridionais é levado ao extremo pelo fascismo; isto facilita a radicalização também das categorias intermédias e põe a questão meridional nos seus verdadeiros termos, como questão que será resolvida apenas pela insurreição dos camponeses aliados do proletariado na luta contra os capitalistas e contra os agrários.

Também os camponeses médios e pobres das outras partes da Itália adquirem uma função revolucionária, ainda que de modo mais lento. O Vaticano - cuja função reaccionária foi assumida pelo fascismo - já não controla as populações rurais de modo completo através dos padres, da Acção Católica e do Partido Popular. Há uma parte dos camponeses que foi despertada para as lutas de defesa dos seus interesses pelas próprias organizações autorizadas e dirigidas pelas autoridades

eclesiásticas e que agora, sob a pressão econômica e política do fascismo, acentua a própria orientação de classe e começa a sentir que a sua sorte não é separável da classe operária. Indício desta tendência é o fenómeno Miglioli. Um sintoma assaz interessante é também o facto de as organizações brancas (as quais, sendo uma parte da Acção Católica, são controladas directamente pelo Vaticano) terem de entrar nos *comités* intersindicais com as ligas vermelhas, expressão daquele período proletário que os católicos indicavam, até 1870, como iminente na sociedade italiana.

Quanto ao proletariado, a actividade desagregadora das suas forças encontra um limite na resistência passiva da grande massa, a qual continua fundamentalmente classista e ameaça pôr-se em movimento mal se afrouxa a pressão física do fascismo e se tornam mais fortes os estímulos do interesse de classe. A tentativa de levar ao seu interior a cisão com os sindicatos fascistas, pode considerar-se falida. Os sindicatos fascistas, mudando o seu programa, tornam-se agora instrumentos directos de compressão reaccionária ao serviço do Estado.

18. As perigosas mudanças e aos novos recrutamentos de forças provocados pela sua política, o fascismo reage fazendo agravar sobre toda a sociedade o peso de uma força militar e um sistema de compressão que mantém a população agarrada ao facto mecânico da produção, sem possibilidade de ter uma vida própria, de manifestar uma vontade própria e de organizar-se para a defesa dos seus interesses.

A chamada legislação fascista só tem como objectivo consolidar e tornar permanente este sistema. A nova lei eleitoral política, as modificações da ordem administrativa com a introdução do administrador nos conselhos rurais, etc., queriam assinalar o fim da participação das massas na vida política e administrativa do país. O controlo das associações impede qualquer forma permanente <<legal>> de organização das massas. A nova política sindical tira à Confederação do Trabalho e aos sindicatos de classe a possibilidade de concluir acordos para os excluir do contacto com as massas que se tinham organizado à sua volta. A imprensa proletária foi suprimida. O partido de classe do proletariado reduzido à vida plenamente ilegal. As violências físicas e as perseguições de polícia são adoptadas sistematicamente, sobretudo nas zonas rurais, para incutir o terror e manter, uma situação de estado de sítio.

O resultado desta complexa actividade de reacção e de compressão é o desequilíbrio entre a relação real das forças sociais e a relação das forças organizadas, pelo que, a um aparente regresso à normalidade e à estabilidade, corresponde uma agudização de contrastes prontos a romper em cada instante por novas vias.

Notas:

¹ Antonio Gramsci (1891- 1937) nascido na Sardenha, marxista e socialista e dirigente do partido comunista italiano. Foi preso pelo regime fascista de Mussolini

(*) *Ardito*: Soldado dos batalhões do assalto, instituídos durante a Primeira Guerra Mundial. -(N. do T.)